

PERCEPÇÕES DE PROFESSORAS SOBRE A EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES
ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

*TEACHERS' PERCEPTION ABOUT EDUCATION FOR ETHNIC-RACIAL
RELATIONS IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION*

Simone Haiane Ribeiro Souza¹
Profa. Dra. Ana Maria Pereira Aires²

RESUMO

O presente trabalho se propôs investigar a percepção de professoras do município de Angicos/RN sobre a Educação para as Relações Étnico-raciais na Educação Infantil, e tem por objetivo compreender essas percepções e suas relações com o ensino e a formação docente para a atuação na Educação Infantil (EI). Visando alcançar esse propósito trabalhamos com a metodológica qualitativa, utilizando a abordagem temática da Análise de Conteúdo. Entendemos que esta abordagem permite a organização das respostas em temas, de forma a identificar significados e inferências a respeito do objeto de pesquisa. O instrumento de produção de dados utilizado foi um questionário aplicado com três professoras que atuam na Educação Infantil. Gil (2019) e Ferreira (2016) aparecem como fundamentos das análises, contribuindo para compreender a percepção das professoras sobre o tema. Os resultados demonstram que as professoras têm percepções positivas sobre o ensino da Educação das Relações Étnico-raciais, registrando a necessidade de mais investimentos em materiais didáticos e literários. Em relação à percepção sobre a formação docente, as professoras demonstraram que é necessário maiores investimentos em formação continuada, para que haja mais compreensões sobre o tema na Educação Infantil. Em síntese, vimos que a Lei nº 10.639/2003 foi de suma importância para a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas, mas ainda há muitos desafios na desconstrução do racismo e na construção de uma educação antirracista.

Palavras-chave: Educação Infantil; Educação para as Relações Étnico-Raciais; Formação Docente.

ABSTRACT

This study aimed to investigate the perception of teachers from the city of Angicos/RN about Education for Ethnic-Racial Relations in Early Childhood Education. In order to achieve this purpose, we worked with the qualitative methodological approach, using the thematic

¹Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia, da Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Centro Multidisciplinar de Angicos. E-mail: simone.ribeiro@alunos.ufersa.edu.br.

² Professora orientadora, lotada na Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Centro Multidisciplinar de Angicos. e-mail: ana.aires@ufersa.edu.br

approach of Content Analysis. We understand that this approach allows the organization of responses into themes, in order to identify meanings and inferences regarding the research object. The data production instrument used was a questionnaire applied to three teachers who work in Early Childhood Education. The theoretical references appear as foundations of the analyses, contributing to understanding the teachers' perception on the subject. The results demonstrate that the teachers have positive perceptions about the teaching of Education for Ethnic-Racial Relations, registering the need for more investment in didactic and literary materials. Regarding the perception on teacher training, the teachers demonstrated that greater investment in continuing education is necessary, so that there is a better understanding of the subject in Early Childhood Education. In summary, we saw that Law No. 10,639/2003 was of utmost importance for making the teaching of Afro-Brazilian and African history and culture mandatory in schools, but there are still many challenges in deconstructing racism and building an anti-racist education.

Keywords: Early Childhood Education, Education for Ethnic-Racial Relations, Teacher Training.

1 Introdução

O nosso objeto de estudo versa sobre “Percepções de professoras da Educação Infantil sobre a Educação para Relações Étnico-Raciais”. A construção desse objeto ganhou forma no decorrer do envolvimento com uma turma de Educação Infantil, em uma instituição pública de ensino do município de Angicos-RN. As inquietações ocorreram durante o estágio supervisionado não obrigatório, o qual compôs parte da formação no curso de Pedagogia da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), ao solicitar o aproveitamento para o estágio obrigatório na Educação Infantil, através da Coordenação do curso de pedagogia.

Nesse lugar de estagiária, nos deparamos com diversas situações envolvendo episódios com crianças negras. Foi observando as reações das crianças e a pouca atenção por parte dos docentes, por vezes recorrentes, que nos sentimos estimuladas a investigar e construir compreensões sobre esse tema, cujo foco é a educação étnico-racial, alimentando nossos questionamentos, curiosidades e produzindo conhecimento na área. Assim, o nosso objeto ganha relevância ao centralizar na percepção das professoras da Educação Infantil sobre a educação para as relações étnico-raciais e, a partir daí, buscamos compreender a sua importância no campo do ensino.

No Brasil, a Educação Infantil é um direito da criança e um dever do Estado. Foi com a Constituição Federal de 1988, Art. 208, inciso IV, e com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069, de julho de 1990, que se estabeleceu a EI como direito para as crianças de 0 a 6 anos. Somando a esse direito, tivemos a promulgação da Lei de Diretrizes

e Bases da Educação Nacional (LDBEN), nº 9.694, em dezembro de 1996, que instituiu a EI como primeira etapa da Educação Básica, cujo foco é o desenvolvimento integral da criança. Na prática, garantir esse direito às crianças de 0 a 6 anos foi um processo gradativo com avanços e desafios, porém, atualmente, esse nível de ensino é reconhecido como primordial para o desenvolvimento das crianças, além de contribuir de forma significativa para uma sociedade mais justa, inclusiva e igualitária.

Outro aspecto importante, é que a Educação Infantil, como educação formal, é um espaço favorável para combater ideias preconcebidas e preconceituosas socialmente, tornando-se lugar legítimo para trabalhar e incentivar a valorização da diversidade étnico-racial e cultural, da qual a nossa nação é constituída. Podemos dizer, a partir dessa compreensão, que a Educação Infantil, de grande importância para o desenvolvimento humano, deve tratar os sujeitos infantis como crianças de direitos, e tem, entre as suas finalidades, ensinar os primeiros conceitos sobre viver em sociedade e respeitar as diferenças entre as pessoas. Nesse contexto, torna-se fundamental entender a importância de proporcionar, às crianças, uma educação que incentive e valorize cada uma, em particular e, ao mesmo tempo, fazê-las entender as suas diferenças culturais ligadas aos grupos sociais e raciais. Nesse sentido, torna-se também fundamental fazê-las entender o mundo enquanto sociedade que se constitui por ações e relações entre os sujeitos e contribuições dos diversos grupos raciais na construção de nosso povo e nação.

Essas compreensões se deram em processo, durante a formação no curso de Licenciatura em Pedagogia, o qual também proporcionou diversas vivências, aprendizados e práticas. As vivências e aprendizados serviram para o estágio mencionado, realizado no ano de 2022, numa escola de Educação Infantil, do município de Angicos e que, posteriormente, foi aproveitado como estágio obrigatório. Entre as muitas vivências no estágio, uma é importante relatar, porque causou desconfortos e inquietações e proporcionou pensar sobre esse trabalho. Passamos a relatar tal acontecimento: ao longo do estágio, me deparei³ com uma situação que me chamou atenção, foi quando, como estagiária, convidei uma das crianças da sala para interpretar a personagem principal do conto clássico “Chapeuzinho Vermelho”, do autor europeu Charles Perrault (1697). A criança me surpreendeu com a seguinte indagação argumentativa: “tia, como eu posso ser a chapeuzinho vermelho se ela é branca e eu tenho essa cor (negra), com esse cabelo (cacheado)?” Respondi a indagação da seguinte

³Essa pequena vivência está descrita na primeira pessoa do singular por representar um momento muito particular do estágio na Educação Infantil.

forma: “quem falou isso para você meu amor?” A menina argumentou: “A coleguinha falou que na história a chapeuzinho vermelho não é negra e nem tem esse cabelo”. Respondi novamente: “você pode ser o que você quiser, independente da sua cor, pois a sua cor é linda e os seus cabelos também”.

Essa vivência, naquele momento, gerou em mim muitos questionamentos e preocupações, entre tantos, uma indagação se evidenciou, a de como tratar do assunto racial negro com crianças da Educação Infantil, sem eu ter visto e vivenciado, até aquele momento, sobre tal conteúdo no curso de pedagogia; como tratar de questões e atitudes racistas e excludentes, mesmo vindas de crianças tão pequenas. O fato é que as crianças já haviam construído a ideia de ausência de representatividade na literatura, na sala de referência⁴, mas fiquei pensando sobre a percepção das professoras em relação à educação para as relações étnico-raciais na Educação Infantil.

Tal vivência, também nos induziu a pressupor que a resposta, para tais inquietações em relação à percepção das professoras sobre esse tema, acontece porque as professoras não conseguem enxergar a resistência institucional, quando trabalha de forma acrítica com os conteúdos curriculares e com a literatura infantil, também por não incluir questões de diversidade, diferenças e composição social do povo brasileiro no currículo infantil. Além da falta de formação continuada, que qualifique a temática e a ponha na ordem do dia, como necessária e relevante para o aprendizado e desenvolvimento dos sujeitos, embora, através da Lei 10.639 sancionada em janeiro de 2003, o tema étnico-racial deva ser incorporado aos currículos (para além das datas comemorativas) das escolas, tanto no aspecto educativo com as crianças, quanto no formativo dos docentes.

É de fundamental importância considerar o papel da Lei nº 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas. A aplicação dessa legislação ainda enfrenta desafios, especialmente na Educação Infantil e, para que seja efetiva é fundamental que haja investimento em formação continuada e que as professoras da EI e do Ensino Fundamental tenham acesso às estratégias pedagógicas que as auxiliem na inserção desse conteúdo no cotidiano escolar. Caso contrário, ficamos com as indagações sobre os desafios enfrentados pelas professoras para garantir que essa temática esteja presente no dia a dia escolar.

⁴ Sala de referência é a sala de aula da EI, é o lugar onde as crianças são recebidas pelas professoras e estabelecem suas relações e aprendizados. É nesse espaço que as crianças fazem suas atividades e guardam seus pertences. Esta sala deve ser organizada para proporcionar autonomia, criatividade, solidariedade e respeito pelo bem comum de todos, pois é nela onde a criança passa a maior parte do tempo.

Outras normativas importantes são o Parecer CNE/CP nº 03, de 10 de março de 2004 e a Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004, que instituíram as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Essas normativas legais colaboram com o fortalecimento da Lei 10.639/2003, mesmo que, após mais de duas décadas de sua promulgação, essa grande conquista não tenha conseguido barrar as ausências e silenciamentos desse conteúdo nos currículos escolares. Não vemos na escola, exceto no mês da Consciência Negra, uma preocupação dos professores com esse tema. O grande desafio enfrentado é não possuírem uma qualificação adequada sobre a legislação e sobre os conteúdos de temática racial.

Ademais, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) (Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009) enfatizam a importância de proporcionar às crianças experiências variadas com diferentes linguagens, valorizando o lúdico, as brincadeiras e as culturas infantis, entre elas, certamente, está a cultura negra. Essa normativa reconhece a importância da sensibilidade, “da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais” (Brasil, 2010, p. 16). Entendemos que todos esses documentos, desde a promulgação da LDBEN nº 9.394/2006 até o conjunto das DCNEI são fundamentais para orientar a Educação Infantil, incluindo a educação racial no Brasil, promovendo equidade e qualidade no ensino das crianças, que é um campo, cujos direitos estão garantidos pela Constituição Federal de 1988.

2 Metodologia da pesquisa

O presente trabalho tem abordagem qualitativa, com ênfase na percepção das professoras em relação à Educação para as Relações Étnico-Raciais na Educação Infantil. A pesquisa foi realizada com três professoras que atuam em uma escola pública municipal de Educação Infantil, localizada no município de Angicos-RN. A investigação teve, inicialmente, caráter bibliográfico exploratório, conforme aponta Gil (2019), que considera esse tipo de estudo essencial para proporcionar maior familiaridade com o problema e permitindo maior aprofundamento na compreensão do fenômeno investigado.

Foram utilizados procedimentos metodológicos que propiciaram a produção e a análise de dados de maneira meticulosa, considerando as experiências e práticas das docentes envolvidas. O grupo de participantes contou com professoras que atuam na Educação Infantil e o critério para participar da pesquisa baseou-se na experiência das docentes e na sua

interação com crianças de faixa etária correspondente à creche e à pré-escola. Vale ressaltar que durante a pesquisa as professoras são identificadas por nomes fictícios, para não permitir as suas identificações, a saber: Lúcia, Marlene e Damiana.

Todas as participantes possuem formação em Pedagogia, com pós-graduação em diferentes áreas, como Psicopedagogia e Ensino Fundamental, o que, em tese, pode contribuir para uma ampla visão sobre a temática abordada. As professoras colaboradoras da pesquisa ingressaram todas diretamente na Educação Infantil; Lúcia 10 anos, Marlene 04 anos e Damiana 05 anos, portanto esses são os respectivos tempos de cada uma na educação.

Para buscar as informações necessárias ao estudo, aplicamos um questionário estruturado, permitindo que as professoras pudessem expressar as suas opiniões, experiências e desafios na percepção e implementação da educação para as relações étnico-raciais. As questões abordadas tiveram aspectos como: importância do ensino e da cultura afro-brasileira e africana na Educação Infantil; uso de recursos didáticos utilizados para trabalhar a temática em sala de referência; situações de racismo ou discriminação vivenciadas no ambiente escolar; como essas situações foram conduzidas, a formação docente sobre a educação étnico-racial e suas contribuições. O questionário foi aplicado pelo *forms*, pois no período em que se deu a pesquisa as professoras se encontravam de recesso escolar, assim, garantimos maior conforto e espontaneidade nas respostas das participantes.

A análise dos dados foi realizada a partir da metodologia da análise de conteúdo, conforme proposta por Ferreira (2016). Essa metodologia permite a organização e categorização das respostas obtidas, de forma a identificar significados e inferências a respeito do objeto de pesquisa, ou seja, a percepção das professoras em relação à educação para as relações étnico-raciais. A análise foi estruturada em três etapas principais:

- Pré-análise: leitura flutuante dos questionários e identificação de categorias preliminares;
- Exploração do material: classificação das respostas de acordo com categorias temáticas emergentes, sobre a percepção em relação à educação para as relações étnico-raciais;
- Tratamento dos resultados e interpretação: análise crítica das informações produzidas através dos questionários, relacionando os achados da pesquisa com a literatura acadêmica sobre o tema.

Após essas etapas da análise do conteúdo, duas grandes temáticas se estruturaram, compondo o item seguinte, ambas tratando das percepções das professoras que atuam na Educação Infantil em relação à Educação para as Relações Étnico-raciais. Vejamos.

3 Percepção das professoras da Educação Infantil sobre a Educação para as relações Étnico-Raciais: o ensino e a formação docente

Este item tem o propósito de apresentar os resultados da análise feita sobre as percepções das professoras em relação a Educação para as Relações Étnico-Raciais na Educação Infantil, considerando o seu fazer pedagógico. No processo de análise duas temáticas emergiram das análises: a primeira trata da *percepção das professoras sobre o ensino das relações étnico-raciais na Educação Infantil*; a segunda trata da *percepção sobre a importância da formação docente para o entendimento da Educação para Relações Étnico-Raciais na Educação Infantil*.

A partir do primeiro tema, entendemos que um dos espaços de socialização das crianças, fora de casa, é a escola. Nela, as crianças podem, entre outras coisas, aprender a valorizar a pluralidade cultural e de ideias. Também é na escola que as crianças podem aprender a desconstruir situações e conhecimentos que colaboram para práticas de preconceito. No decorrer da história brasileira, a educação excludente com a população negra, reforçou narrativas eurocêtricas de conhecimento que invisibilizam as contribuições dos diferentes saberes e culturas de grupos étnico-raciais, na formação do país e das pessoas.

Essa percepção se apresentou em parte das educadoras, quando elas mostraram que há um entendimento em relação à importância dos conteúdos da educação para as relações étnico-raciais. Um passo essencial para que essas docentes consigam lidar com o tema sem receios ou inseguranças é incorporando-o à sua prática de maneira consistente.

Elas conduziram a compreensão para a sala de referência, na Educação Infantil, como sendo uma das formas mais eficazes de promover a educação para as relações étnico-raciais. Segundo elas, é através da escolha dos recursos didáticos “adequados” que a qualidade do ensino pode ocorrer. Nesse sentido, a professora Lúcia afirmou que: “se houvesse mais recursos disponíveis”, isso acrescentaria mais qualidade à sua prática. A professora Marlene disse que: “os professores precisam buscar alternativas por conta própria”, enquanto Damiana falou não haver dificuldade em abordar o tema, mas “através de pesquisas, podemos fazer o nosso próprio planejamento com várias atividades que trabalham o tema”.

Com essas percepções, as professoras buscam uma possibilidade de dizer que as escolas não oferecem materiais adequados para que o ensino das questões raciais aconteça, contudo, as professoras demonstram uma boa percepção ao buscar tornar o ambiente escolar mais inclusivo ao ter materiais que ajudem nesse trabalho.

Além dos materiais didáticos, é possível, segundo as professoras, trabalhar a temática negra e étnico-racial por meio de atividades lúdicas e interativas, como contação de histórias, músicas e brincadeiras que valorizem a cultura afro-brasileira e africana. Considerando a importância da contação de histórias no ensino da Educação Infantil, a professora Marlene demonstrou uma visão sensível para a aprendizagem das crianças em relação a esse tema, quando disse: “trabalhei o livro [sobre] a boneca Abayomi e mostrei um pouco da cultura dela e seu mundo Africano”. A professora Lúcia citou que faz o uso durante o ensino, de “brinquedos construídos, histórias, fantoches, etc.”, da mesma forma, a professora Damiana respondeu que “sempre pesquisamos materiais relacionados ao tema, para trabalhar com as crianças, por exemplo Menina bonita do laço de fita”. Em relação a essas compreensões, Rodrigues e Rosa (2018, p. 14) argumentam sobre:

considerar a literatura como uma das possibilidades de resignificação de saberes e conhecimentos, e para isso o professor deve saber analisar e escolher os textos a serem utilizados, recuperando histórias que foram silenciadas pela colonialidade do poder, representando a voz subalternizada pela história oficial, e fortalecendo identidade étnico racial do aluno afrodescendente.

Vemos, através da percepção das professoras, a importância com relação ao ensino da educação para relações étnico-raciais, uma vez que essa educação colabora na desconstrução de expressões e atitudes racistas que, muitas vezes, são reproduzidas de forma inconsciente dentro da sala de referência, na Educação Infantil. Frases como “cabelo ruim”, “nariz chato”, “cabelo de bombril” ou mesmo piadas que fazem referência às características físicas das crianças negras precisam ser questionadas e trabalhadas de maneira pedagógica. Gomes (2003, p.176) enfatiza que:

As experiências de preconceito racial vividas na escola, que envolvem o corpo, o cabelo e a estética, ficam guardadas na memória do sujeito. Mesmo depois de adultos, quando adquirem maturidade e consciência racial que lhes permitem superar a introjeção do preconceito, as marcas do racismo continuam povoando a sua memória.

Nesse viés das frases preconceituosas acima registradas, a professora Marlene compartilhou uma experiência marcante, disse ela:

Já passei por uma situação assim, que o menino não queria pegar na mão da menina porque ela era negra. Foi aí que eu senti o desejo de trabalhar a importância da cor da pele, trabalhei com o Cabelo de Lelê, e mais dois livros, para mostrar que somos todos iguais.

Ao relatar tal acontecimento ocorrido na escola da Educação Infantil, quando uma criança branca não quis pegar na mão de uma criança negra, devido à cor de pele, a professora mostra que, corretamente, se deve ter um olhar para observar e compreender o que dizem as normativas que orientam incluir as questões étnico-raciais na escola. Também observar a forma como as crianças estão se socializando entre elas para evitar que discriminações com as crianças negras aconteçam.

Considerando que a escola tem o dever indispensável da formação integral do sujeito infantil, faz-se necessário que no ambiente da Educação Infantil a temática do protagonismo negro e dos seus valores e relações com as pessoas brancas sejam abordados. Em vista disso, a Base Nacional Comum Curricular registra que é essencial:

Inferir a presença de valores sociais, culturais e humanos e de diferentes visões de mundo, em textos literários, reconhecendo nesses textos formas de estabelecer múltiplos olhares sobre as identidades, sociedades e culturas e considerando a autoria e o contexto social e histórico de sua produção (Brasil, 2018, p. 157).

A percepção das professoras sobre as questões étnico-raciais na Educação Infantil mostra a importância do enfrentamento ao preconceito racial e indica a urgência de assegurar que a Lei 10.639/2003 e outras normativas sejam aplicadas em todos os níveis de ensino, devendo ir além do conteúdo tradicional e integrando-se a cultura escolar.

Entendemos que a criança ao se socializar, não está apenas brincando, mas produzindo ou reproduzindo cultura. É importante o entendimento que a criança já possui capacidade para compreender sobre o preconceito em relação a outra criança. Nessa perspectiva, a professora Lúcia diz: “Levo às crianças a questionar sobre a atitude correta, a buscar a importância do outro, contar histórias que envolvam personagens negras e diálogo sobre o assunto”. Na mesma linha, a professora Damiana afirma que utiliza “contações de histórias, imagens, vídeos infantis e rodas de conversa”. Isso significa dizer da importância

das professoras se manterem cuidadosas sobre a forma como interagem com as crianças e ao tipo de linguagem utilizada no ambiente escolar e na sala de referência, a fim de garantir o respeito com todas as crianças e a valorização da diversidade e das diferenças. Henriques (2001, p. 11) destaca que “existe um dever ético e político de trabalhar a educação das relações étnico-raciais de forma permanente”.

Além das percepções positivas das professoras, é importante a implementação de estratégias pedagógicas que visem a educação para relações étnico-raciais na infância, uma vez que é um desafio e uma necessidade urgente. O preconceito racial não se combate apenas com discurso, mas com ações concretas que transformam a maneira como as crianças percebem e vivenciam a diversidade. Santana (2023) reforça que a luta por uma educação antirracista, consequência da Lei 10.639/2003 e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação para as Relações Étnico-Raciais, não é apenas uma questão de justiça social ou de reparação histórica, é uma condição essencial para o desenvolvimento de um país mais democrático, igualitário e justo.

A segunda temática extraída dos questionários aplicados junto às professoras da Educação Infantil, como já dissemos, trata da *percepção sobre a importância da formação docente para o entendimento da Educação para Relações Étnico-Raciais na Educação Infantil*. De um modo geral, as professoras foram unânimes em reconhecer a importância de se tratar, durante a formação, sobre a educação para as relações étnico-raciais na Educação Infantil. Todas as professoras disseram “Sim” para a importância de a formação refletir, desde a Educação Infantil, sobre temas ligados à educação para as relações étnico-raciais.

As professoras justificaram o porquê essa formação deve acontecer, incluindo a Educação Infantil. Segundo a professora Lúcia, “é também um meio para que [as crianças] estejam em contato com a cultura afro-brasileira e africana. A professora Marlene ressaltou que “as crianças têm que aprender desde pequenos que somos todos iguais independente de cor”. Caminhando pelo mesmo pensamento, a professora Damiana disse: “porque desde pequena a criança, já deve respeitar as diferenças e compreender que a cor da pele não faz da pessoa diferente, pois somos todos iguais”.

Percebemos, pelas falas das professoras, que se faz necessário que a formação docente possibilite que professores e professoras da Educação Infantil “sejam capazes de analisar criticamente a realidade social, de modo que também possam estabelecer relações entre educação, discriminação racial, racismo e direitos humanos” (Castro, 2019, p. 95).

No que diz respeito à formação continuada, somente a professora Lúcia teve acesso a esse tipo de formação, que trata da Educação para Relações Étnico-raciais. Ela falou que “foi uma experiência positiva, pois só vem a acrescentar no nosso trabalho e assim possamos também aprender mais”. Essa percepção positiva da professora Lúcia, sobre a formação continuada de temática racial não aconteceu com as professoras Marlene e Damiana, pois ambas não tiveram a oportunidade de receber essa formação. Isso ainda ocorre com boa parte das professoras e professores que cursaram a Licenciatura em Pedagogia, ou porque não havia um componente que tratasse das questões étnico-raciais ou porque o componente aparece como optativo e não entra na formação por ausência de docente habilitado.

O fato é que não abordar sobre conteúdos que tratem de temas Étnico-raciais, dificulta o trabalho das professoras, como também atrapalha na percepção que elas têm sobre o referido tema. Estudos demonstram que não basta, apenas, que alguns professores estejam engajados nesse trabalho; é preciso que a escola, enquanto instituição formadora, adote políticas efetivas para garantir que a Lei nº 10.639/2003 seja cumprida de maneira plena. Faz-se necessário que professores e professoras, de qualquer nível de ensino, tenham percepções positivas e estejam preparados para abordar o tema racial de maneira qualificada e integrada ao cotidiano, visando construir uma Educação para Relações Étnico-raciais, desde a infância.

Nesse sentido, compreende-se que as propostas pedagógicas, que estão incluídas nos cursos de formação inicial e continuada de professores, possibilitem desenvolver reflexões teóricas sem desvincular das práticas da realidade social. Nessa visão, tomamos Freire (2003) para afirmar que a formação de professor não é feita de improviso, mas feita com responsabilidade política e ética, com o intuito de promover qualidade de ensino. Segundo ele:

A responsabilidade ética, política e profissional do docente lhe coloca o dever de se preparar, de se capacitar, de se formar antes mesmo de iniciar sua atividade docente. Esta atividade exige que sua preparação, sua capacitação, sua formação se tornem processos permanentes. Sua experiência docente, se bem percebida e bem vivida, vai deixando claro que ela requer formação permanente do docente. Formação que se funda na análise crítica de sua prática (Freire, 2003, p. 28).

As professoras demonstram a percepção de que a formação profissional, seja inicial, seja continuada, é um ponto importante para que a temática étnico-racial seja incluída e trabalhada efetivamente na escola. A diversidade étnico-cultural começa a ser reconhecida como uma questão que precisa estar articulada à formação de professores e professoras, como

também, às práticas educativas escolares e não escolares. É fundamental que as Secretarias de Educação e os órgãos responsáveis pela formação de professores e professoras invistam na qualificação contínua desses profissionais, a exemplo do que a professora Damiana destacou, quando afirmou que “formações para os professores e projetos que trabalhem o tema frequentemente são essenciais”.

Nesse sentido, Romão (2010) também enfatiza que o combate ao racismo na escola não deve ser visto como uma pauta secundária, mas sim, como um compromisso pedagógico que deve ser incorporado em todas as áreas do conhecimento e em todos os níveis de ensino. Quando os professores e professoras têm preparo e segurança para abordar essa temática, enriquece sua percepção e a resistência contra temas que diminuem a compreensão da diversidade étnico-racial brasileira. É preciso qualificar o contexto escolar com esse tema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se propôs responder sobre as percepções de professores da Educação Infantil em relação à Educação para Relações Étnico-Raciais. Seu objetivo buscou compreender essas percepções e suas relações com o ensino e a formação docente na Educação Infantil. Iniciamos apresentando a temática como atual e importante, proposta pela existência da Lei nº 10.639 de 2003.

Essa Lei, no entanto, apesar de ser um marco fundamental, no que diz respeito à obrigatoriedade da inclusão da cultura afro-brasileira e Africana nos currículos escolares, sua efetividade ainda é objeto de muitas reflexões. Isso porque ainda há muitas ausências desse conteúdo em razão das percepções das próprias professoras, sobre como proceder com a sua materialidade prática. O reconhecimento das professoras colaboradoras da pesquisa sobre a educação étnico-racial na Educação Infantil, é perceptível, elas mostram que existe uma consciência sobre a necessidade da temática na Educação Infantil e em outros níveis de ensino. É perceptível, também, mesmo que com muitas ausências, avanços na implementação dessa educação, ficando evidente que ainda há muitos desafios a serem superados.

As falas das professoras deixam compreender que quando se tem comprometimento com os estudantes e com a escola, as possibilidades de resultados são mais significativos, principalmente, quando as crianças negras se percebem como parte do processo. As crianças tendem a ter o senso de pertencimento, auxiliando as crianças não-negras a aprenderem a

respeitar e valorizar a diversidade populacional da escola. Esse pensamento na Educação Infantil é primordial para a desconstrução do racismo e a construção da Educação Antirracista.

A educação para as relações étnico-raciais se torna necessária na Educação Infantil e, também, no currículo de maneira contínua. A diversidade que ela provoca impulsiona pensar sobre os materiais didáticos, a escolha das histórias e literaturas infantis, a seleção das atividades lúdicas e a construção mais equitativa das salas de referência. As professoras demonstraram ter um olhar sensível para a Educação das Relações Étnico-raciais, devendo ser considerada uma ferramenta para fortalecer a equidade dos conteúdos nas escolas.

A ausência de formação específica é considerada, pelas professoras, um dos percalços na prática pedagógica, no que diz respeito à temática racial, contribuindo para se sentirem inseguranças ao abordarem a temática de maneira mais profunda no ambiente escolar. Ficando evidente que se fazem necessários investimentos na formação continuada desses professores e de outras, garantindo o acesso ao conhecimento sobre a Educação para as Relações Étnico-raciais de maneira relevante.

Embora haja desafios, esse percurso perpassa pelo olhar sensível dos gestores das políticas públicas de formação docente. Em contrapartida, faz-se necessário que tenha um engajamento coletivo dos educadores para garantir que todas as crianças, independentemente de sua origem social e racial, cresçam em um ambiente escolar acolhedor onde sejam respeitadas, valorizadas e aprendam a reconhecer a Educação para as Relações Étnico-raciais como garantia de reconhecimento e inclusão.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Amanda Basílio; ROSTAS, Márcia Helena Sauáia Guimarães. Direitos humanos e as relações étnico-raciais na Educação Infantil. **Revista Educar Mais**, v. 5, n. 1, p. 1-15, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/educarmais/article/view/2079>. Acesso em: 12 fev. 2025.

BRASIL/MEC. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 12 fev. 2025.

BRASIL/MEC. **Resolução CNE/CP nº 03/2004 de 10 de março de 2004**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de

História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF: MEC, 19 maio 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf. Acesso em: 09 mar. 2025.

BRASIL/MEC/SEB. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEB, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9769-diretrizescurriculares-2012&category_slug=janeiro-2012-pdf&Itemid=30192. acesso 15 mar. 2025.

BRASIL/MEC. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_11058_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 25 fev. 2025

CASTRO, M.S. Relações étnico-raciais e formação docente na educação infantil. **Cadernos de Pós-graduação**, v.18, n. 2, p. 94-107, jul./dez 2019.

FERREIRA, E. dos Santos; VIEIRA, J. Jairo. Relações étnico-raciais e saberes docentes na escola de educação infantil. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 12, n. 4, p. 1994-2007, 2016. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/10006>. Acesso em: 12 fev. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia** - saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2003

Gil, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Rev. Educação e pesquisa**, v. 29, n. 1, p. 167-182, 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/27905>. Acesso em: 14 fev. 2025

RODRIGUES, João; ROSA, Maria. Da necessidade de descolonizar o ensino nas escolas: a literatura como possibilidade de ressignificação de saberes e conhecimentos. In: **Educação e Diversidade**, Editora Acadêmica, São Paulo, 2018, p. 4.

ROMÃO, Jeruse. **Educação e relações étnico-raciais**: desafios na escola contemporânea. São Paulo: Pallas, 2010.

SANTANA, Crisley de Souza Almeida; NOGUEIRA, Ione da Silva Cunha. Concepções e práticas pedagógicas de professoras de educação infantil diante da educação para as relações étnico-raciais. **Rev. Zero-a-Seis**, v. 25, n. 47, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zerosais/article/view/90728>. Acesso em: 12 fev. 2025.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, fonte de sabedoria, força e inspiração, por me guiar em cada etapa desta caminhada e me conceder a capacidade de concluir este trabalho.

À minha família (Meu filho Caio Lucas, meu Pai Leonel Neto, minha mãe Rita de Cássia, meu esposo José Rivanildo, meus irmãos Leonel Filho, Cássio Leonardo, Jeferson Leocássio,

minha irmã/sobrinha Laidja Millena, meus sobrinhos Davi e Benício) agradeço de todo o coração por estarem ao meu lado em cada passo desta jornada, todos foram fundamentais para a conquista deste objetivo. Dedico esta conquista a vocês, que sempre acreditaram em mim!

Aos meus colegas em especial (Adriene Souza) pela parceria, experiências e diversão durante cada etapa dessa trajetória.

Agradeço à Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) campus Angicos/RN, pelo apoio e oportunidade de crescimento acadêmico.

Sou grata à minha orientadora, Ana Aires por sua paciência, orientação e apoio inestimável ao longo deste projeto. Estendo também minha gratidão às professoras Elaine Sobral e Francelma Figueiredo pelas colaborações que certamente virão enriquecer este trabalho.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste estudo, deixo aqui meus sinceros agradecimentos.